



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 30 DE JULHO DE 2015

15:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Fixação de redações finais de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:

Texto que "Transforma a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e aprova o respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais" [Proposta de Lei n.º 308/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Aprova o Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e revoga a Lei n.º 15/2005, de 26 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 229/2004, de 10 de dezembro" [Proposta de Lei n.º 309/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Aprova o Estatuto da Ordem dos Notários, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, revoga o Decreto-Lei n.º 27/2004, de 4 de fevereiro, e procede à terceira alteração do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro" [Proposta de Lei n.º 310/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Terceira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas" [Proposta de Lei n.º 324/XII/4.ª (GOV) e Projetos de Lei n.ºs 745/XII/4.ª (BE); 769/XII/4.ª (PPD/PSD e CDS-PP) e 961/XII/4.ª (BE)];

Texto que "Autoriza o Governo a rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente" [Proposta de Lei n.º 331/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Transpõe a Diretiva 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, e revoga os Decretos-Leis n.ºs 146/99, de 4 de maio, e 60/2011, de 6 de maio" [Proposta de Lei n.º 335/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008" [Proposta de Lei n.º 337/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e procede à primeira alteração à Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, que estabelece o regime jurídico do apadrinhamento civil" [Proposta de Lei n.º 338/XII/4.ª (GOV)];

Texto que procede à "Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro" [Proposta de Lei n.º 339/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e o Código de Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção" [Proposta de Lei n.º 340/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho" - [Proposta de Lei n.º 342/XII/4.ª (GOV)];

Texto que "Procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001" [Proposta de Lei n.º 343/XII/4.ª (GOV)];

Texto do "Regime jurídico do Sistema de Informações da República Portuguesa (revoga as Leis n.ºs 30/84, de 5 de setembro, e 9/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de julho, e 254/95, de 30 de setembro) " [Proposta de Lei n.º 345/XII/4.ª (GOV) e Projetos de Lei n.ºs 935/XII/4.ª (PSD/CDS-PP); e 999/XII/4.ª (PS)];

Texto que "Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime de exercício das responsabilidades parentais" [Projetos de Lei n.ºs 607/XII/4.ª (PS) e 786/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)];

Texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril" [Projeto de Lei n.º 790/XII/4.ª (ILC)];

Texto da "Primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, integrando a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária no âmbito dos objetivos e competências dos conselhos municipais de segurança" [Projetos de Lei n.ºs 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) e 838/XII/4.ª (BE)];

Texto que procede à "Primeira alteração à Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, que aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica" [Projeto de Lei n.º 959/XII/4.ª (PCP)];

Texto que "Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil, no que respeita ao regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados" [Projeto de Lei n.º 975/XII/4.ª (PS)];

Texto que procede à "Primeira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto, que cria a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado" - [Projeto de Lei n.º 1006/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)];

Texto da "Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, prevendo o pagamento de taxas moderadoras na interrupção de gravidez quando for realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez" [Projeto de Lei n.º 1021/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)];

Texto que "Estabelece o quadro de penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia (Quadragesima alteração ao Código Penal e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro)" [Projeto de Lei n.º 1024/XII/4.ª (PS)];

Texto que procede à "Consolidação da legislação em matéria de direitos das associações de mulheres (revoga as Leis n.ºs 95/88, de 17 de agosto, 33/91, de 27 de julho, e a Lei n.º 10/97, de 12 de maio)" [Projeto de Lei n.º 1048/XII/4.ª (PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE/PEV)];

2. Apreciação e votação do relatório de atividades da 4.ª sessão legislativa;
3. Apreciação e votação das atas n.ºs 76 a 84/XII/4.ª (correspondentes às reuniões da Comissão de 30 de junho a 17 de julho de 2015);
4. Outros assuntos.